

A

ABSOLVIÇÃO. Ação de absolver ou deixar livre. No contexto teológico, refere-se ao perdão do pecador. Desde o começo, a igreja costumava orar pela absolvição dos pecadores que confessavam seus pecados — para que Deus os perdoasse, e os libertasse. Nos séculos VIII e IX, tornou-se costume, em lugar de orar pela absolvição do pecador, que o sacerdote o declarasse livre. Assim veio a ser parte do sacramento e da penitência*,¹ quando o sacerdote declara: “absolvo-te de teus pecados em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

ACIDENTE: Além de seu sentido comum, com referência ao que pode acontecer por acaso ou sem propósito premeditado, no discurso filosófico e teológico um acidente é uma propriedade de uma substância*, quando tal propriedade não é essencial à natureza da própria substância. A

redondeza de uma bola não é um acidente, mas uma propriedade substancial da própria bola. Por outro lado, sua cor é um acidente ou uma propriedade acidental, visto que pode existir uma bola de outra cor. No campo da teologia, esse termo se encontra com maior frequência em dois contextos: primeiro, na afirmação de que não há acidentes em Deus, visto que os acidentes são por definição contingentes, e na natureza divina não há contingência*. Em segundo lugar, o termo é usado frequentemente em discussões sobre a presença do corpo e do sangue de Cristo na eucaristia,* particularmente em explicações sobre a doutrina da transubstanciação*.

ACOMODAÇÃO. Vocábulo com dois sentidos muito diferentes, segundo seu contexto. Nos estudos sobre a revelação refere-se à necessidade de que a revelação de Deus se adapte (acomode-se) à capacidade humana de compreensão e recepção. Assim,

¹ [NT] O símbolo (*) refere-se ao verbete correspondente.

A

por exemplo, ao discutir a autoridade das Escrituras, ou os ensinamentos de Jesus, frequentemente, esse princípio de acomodação é utilizado para afirmar que as Escrituras, apesar de infalíveis, ajustam-se a seus leitores, e que Jesus faz o mesmo com relação a sua audiência. Encontramos um exemplo de tal acomodação quando Calvino afirma que a razão pela qual se diz que Josué deteve o sol e a lua, quando de fato é a Terra que se move, é porque uma descrição astronômica correta daqueles acontecimentos não teria sido compreensível quando essas palavras foram escritas.

Hoje o mesmo vocábulo é utilizado com maior frequência em contextos missiológicos, nos quais se referem aos esforços por parte dos missionários de apresentar seus ensinamentos considerando a cultura à qual se dirigem (Aculturação*). Os missionários jesuítas Roberto de Nobili, na Índia, e Matteo Ricci, na China, propuseram tal acomodação. Frente a eles se levantou a resistência dos elementos mais tradicionais do catolicismo romano, que deu lugar à “Controvérsia dos Ritos Malabares” e à “Controvérsia dos Ritos Chineses”.

ACULTURAÇÃO. O processo mediante o qual quem tenta comunicar a fé a outras culturas busca construir

pontes entre sua fé e essas culturas (Acomodação*). Contrasta com a enculturação*. A principal diferença entre ambas está em que, enquanto na aculturação é o missionário quem busca a adaptação, na enculturação são os receptores da fé que, ao aceitar o evangelho, o fazem em termos de sua própria cultura, algumas vezes intencionalmente e outras inconscientemente.

ALIENAÇÃO. Separação ou distanciamento. O termo é empregado comumente na filosofia a partir dos tempos de Hegel e, sobretudo, de Fauerbach e Marx — na teologia e nos escritos daqueles teólogos que têm sido mais impactados pelos filósofos. Hoje é empregado com mais frequência nos escritos dos teólogos existencialistas. Refere-se comumente à alienação ou distanciamento de si próprio, de outros e de Deus. A autoalienação é tanto a distância que separa o eu de seu verdadeiro ser como a incapacidade do eu de aceitar-se como é. Alguns teólogos tendem a falar de alienação em vez de pecado.

ATO (ato puro; atualidade). Na filosofia aristotélica e medieval, uma potencialidade realizada. Uma semente é uma árvore em potência,

mesmo que em ato continue sendo semente. Quando a potencialidade da semente se realiza, então vem a ser uma árvore na atualidade. A diferença entre ato e potência tem sido usada tradicionalmente para explicar o movimento, assim como qualquer mudança. Quando algo se move de um lugar para o outro, isso é possível porque potencialmente já estava no segundo lugar. Os seres contingentes podem estar em potência em diversos lugares, mas no ato somente em um. Em contraste, Deus, que é ato puro, está em todos os lugares.

ADIAFORIA. Literalmente, questões indiferentes. No contexto teológico, refere-se àquilo que as Escrituras não mandam nem proíbem, assim como também a opiniões teológicas que, sem fazer parte da doutrina ortodoxa, tampouco a contradizem. O tema da adiaforia tornou-se controverso entre os luteranos do século XVI, depois da morte de Lutero, quando Melanchthon e seus seguidores declararam que era lícito aceitar certas práticas em prol da paz e da unidade, enquanto os luteranos mais rigorosos, dirigidos por Matias Flácio, insistiam que fazer tal coisa era se negar a serem testemunhas fiéis da verdadeira fé. Depois, a Fórmula de Concórdia (1577), ao mesmo tempo em que

afirmava a doutrina de Melanchthon sobre a adiaforia, também declarava que em época de perseguição, quando se requer um testemunho firme, o que em outro caso pode ser adiaforia, torna-se questão de obrigação para todos os crentes.

ADOCIONISMO. No sentido mais estrito, a opinião de alguns teólogos espanhóis no século VIII (principalmente Félix de Uregel e Elipando de Toledo) que sustentavam que, enquanto a segunda pessoa da Trindade é eterna, o ser humano Jesus foi adotado como Filho de Deus pela graça. Isso é de certa forma a expressão medieval da antiga teologia antioquena,* que buscava preservar a humanidade de Jesus, distinguindo-a claramente de sua divindade. Mesmo que as opiniões dos adocionistas espanhóis fossem condenadas repetidamente por vários sínodos francos sob Carlo Magno, essa doutrina continuou existindo na Espanha, particularmente entre aqueles que viviam sob o regime mouro e, portanto, fora do alcance das autoridades carolíngias. Mas comumente, o mesmo vocábulo é utilizado para se referir a qualquer doutrina que sustente que Jesus foi um ser humano que Deus adotou como seu filho. Os ebionitas (Ebionismo*) e muitos teólogos antioquenos dos séculos IV

A

e V, frequentemente recebem o título de adocionistas. Pelas mesmas razões, alguns acusam a teologia liberal do século XIX de tendências adocionistas (Liberalismo*).

AFUSÃO. Infusão.

ÁGAPE. Palavra utilizada com maior frequência no Novo Testamento para se referir ao amor, e às vezes à festa do amor que os primeiros cristãos celebravam (Eucaristia*). No contexto da história do culto, usa-se com maior frequência no último sentido. Quando é empregada no contexto da teologia e da ética contemporânea, seu uso deriva do importante livro do teólogo lundense* Anders Nygren (1890-1971), *Ágape e eros*. Ali, Nygren esclarece o modo pelo qual os cristãos devem entender o amor contrastando o termo *ágape* com outras duas palavras gregas que também podem ser traduzidas como “amor”. Segundo Nygren, *eros* é o amor para o desejável, o belo, o que é digno de ser amado. Ainda que nem sempre se refira ao desejo sexual — como ao falar de “erotismo” — e é uma forma de amor que de uma maneira ou de outra busca possuir o amado. Significativamente, o Novo Testamento nunca se refere ao amor cristão como *eros*. Em algumas

ocasiões se refere a *filia*. Esse é o amor que existe entre amigos. Inclui um atrativo que frequentemente se baseia na admiração, ou ao menos na compatibilidade — como no caso do *filósofo*, que é um amigo da sabedoria, *Sofia*. Contudo, é ao *ágape* a forma de amor à qual o Novo Testamento se refere com quase total unanimidade ao falar em primeiro lugar do amor de Deus para a criação e para a humanidade e, depois, como reflexo e resposta a esse amor, do amor dos cristãos entre si. O *ágape*, em contraste agudo com o *eros* e também com o *filia*, não ama porque o amado seja digno disso, nem tampouco porque deseja possuir o amado. É o amor imerecido de Deus, um amor que, em lugar de buscar possuir, busca melhorar, bendizer, fazer feliz.

Alguns teólogos, particularmente Paul Tillich e outros, profundamente impactados pelo platonismo* e pelo neoplatonismo*, suavizaram o contraste que Nygren estabeleceu entre *ágape* e *eros*, dizendo que há um sentido pelo qual é legítimo desejar o amado, que, certamente, Deus deseja possuir-nos, e que, além disso, é lícito para os cristãos amar a Deus porque é digno, belo e desejável.

AGNOSTICISMO. Termo que parece ter sido criado por T. H. Huxley, em

1869. Mesmo que no uso popular seja sinônimo de ateísmo, no sentido estrito há duas diferenças importantes entre os dois vocábulos. Em primeiro lugar, o ateu está convencido de que Deus não existe, enquanto que o agnóstico não sabe se Deus existe; sua convicção é, não que Deus não exista, mas é impossível saber se existe. Em segundo lugar, enquanto o ateísmo se refere unicamente à existência de Deus, o agnosticismo refere-se à convicção de que é impossível alcançar conhecimento verdadeiro sobre tudo que se encontra além do alcance dos sentidos e da experiência, e por isso não somente se nega a afirmar a existência de Deus, mas também a vida após a morte, o livre-arbítrio, o sentido da vida etc.

AGOSTINIANISMO. A posição de quem segue os ensinamentos de Agostinho de Hipona (354-430), comumente conhecido como “Santo Agostinho” ou simplesmente “Agostinho”. Visto que Agostinho foi sem dúvida o teólogo mais influente na igreja de fala latina — com exceção do apóstolo Paulo — em certo sentido praticamente toda a teologia ocidental, tanto católica como protestante, é agostiniana. Contudo, o termo “agostinianismo” normalmente é reservado para quem prefere as

posturas de Agostinho com respeito a certos pontos que têm sido objetos de dúvida ou debate.

O próprio Agostinho passou por um longo processo de conversão e de amadurecimento, pelo qual sua teologia foi moldada por uma série de controvérsias ou de opiniões ou de opções, e que mais tarde ele repudiou e refutou. Em sua juventude, foi atraído pelo maniqueísmo, que depois abandonou porque não cumpria a promessa de resolver alguns dos problemas que mais o intrigavam. Um deles era a existência do mal (Teodiceia*), que os maniqueístas explicavam, dizendo que existem dois princípios eternos e constantemente opostos, o princípio do bem e o princípio do mal. Mesmo que em sua juventude Agostinho se inclinasse a essa posição, logo começou a ter dúvidas sobre ela, e pediu mais explicações dos mais famosos mestres maniqueístas. Quando esses não conseguiram convencê-lo, Agostinho encontrou resposta para suas dúvidas no neoplatonismo, que ensinava que o mal não tem existência própria, mas que consiste antes na ausência do bem. Quanto mais se afastam as coisas do Único, menos boas são. Contudo, elas continuam sendo boas, e não são realmente más. O que chamamos “mal”, particularmente é o mal

A

moral, é o que acontece quando uma criatura se encontra mais distante do Único do que deveria estar, ou seja, é menos boa do que deveria ser. Dadas essas opiniões de Agostinho, às vezes, o termo “agostinianismo” refere-se a esse modo de entender o mal como uma carência, melhor do que como uma realidade.

A natureza da alma também criava dificuldades para Agostinho, até que seu estudo da filosofia neoplatônica o levou à conclusão que a alma é incorpórea (o que não era noção comum entre os cristãos de seu tempo). Imediatamente após a morte de Agostinho, em geral eram chamados de “agostinianos” aqueles que afirmavam que a alma é incorpórea.

Por outro lado, o neoplatonismo e toda a tradição platônica também atraíram Agostinho por causa de sua teoria do conhecimento (Epistemologia*). Para Agostinho, como antes para Platão e seus seguidores, o verdadeiro conhecimento não pode chegar até nós pelos sentidos, que somente são capazes de perceber realidades passageiras e contingentes. Platão explicava o conhecimento como a lembrança que a alma tem de sua existência prévia no mundo das ideias puras e eternas — mundo do qual a alma caiu para vir morar neste mundo material. Por algum

tempo Agostinho se inclinou a essa explicação, mas depois abandonou porque implicava na preexistência* da alma. Sua própria postura foi à teoria da iluminação*, segundo a qual o verbo ou o *logos* de Deus ilumina a alma dando-lhe conhecimento — posição que antes outros cristãos de inclinação platônica haviam sustentado, como Justino, Clemente de Alexandria e Orígenes, mas que Agostinho desenvolveu e refinou.

Logo, no que se refere à teoria do conhecimento ou epistemologia, o “agostinianismo” é a posição de quem afirma que o conhecimento nos vem através da iluminação. Isso foi motivo de controvérsias no século XIII, quando a reintrodução de Aristóteles na Europa Ocidental veio a prover uma teoria alternativa do conhecimento na qual os sentidos tinham um lugar importante. Aqueles que rejeitaram as novas teorias aristotélicas receberam então o nome de “agostinianos”, em contraste com os aristotélicos, que eram vistos como inovadores. Visto que Tomás de Aquino (c. 1225-74) foi o mais destacado e influente entre aqueles que buscaram reinterpretar a teologia cristã sobre o fundamento da filosofia aristotélica, e nesse sentido o tomismo* veio a ser o oposto do “agostinianismo”, mesmo que na realidade, deva-se assinalar que o que

o próprio Tomás tentava fazer era reconciliar Agostinho com Aristóteles, e não colocá-los em contraposição mútua.

Como bispo, Agostinho envolveu-se em duas grandes controvérsias que também deram forma a sua teologia, uma contra os donatistas, e a outra contra os pelagianos. O debate com os donatistas tinha a ver com a validade dos sacramentos* administrados por pessoas indignas, e também com a natureza da igreja. Frente aos donatistas, Agostinho afirmou que a validade de um sacramento vem de Deus, e não de quem o administra, e que, portanto, o sacramento é válido ainda que se receba das mãos de um ministro indigno, ou quando é oferecido irregularmente. No que se refere à igreja*, Agostinho apelou à distinção entre igreja visível e a invisível. Na igreja visível o trigo e o joio estão misturados, e os mortais não podem distinguir um do outro, mas Deus sabe onde está o trigo e onde está o joio, e, portanto, a igreja verdadeira é a invisível, que somente Deus pode ver, mas que será revelada no fim dos tempos. Por outro lado, isso não significa que a igreja visível seja desnecessária, visto que o único modo que temos de nos unir à igreja invisível é mediante a visível, apesar de todas as suas imperfeições. Nesse contexto,

o “agostinianismo” normalmente refere-se a uma eclesiologia que, ao mesmo tempo em que distingue a igreja visível e a invisível, insiste, todavia, no valor e na necessidade da visível. Além disso, ao referir-se aos sacramentos, e em particular à comunhão, alguns protestantes se declararam agostinianos porque há certas passagens nas quais Agostinho fala da presença de Cristo na Eucaristia* como simbólica ou “espiritual” — embora haja outras passagens nas quais ele se refere à presença física do corpo de Cristo na comunhão.

Por último, a teologia agostiniana foi profundamente impactada pela controvérsia pelagiana, particularmente no que se refere à graça* e à predestinação*. Agostinho pensava que Pelágio e seus seguidores, ao insistir no esforço moral e na decisão pessoal como o princípio da salvação, minavam a doutrina da graça (Arbítrio*). Em lugar de colocar o princípio da fé (*Initium* fidei i*) no arbítrio humano, Agostinho afirmou que esse início é o resultado de uma ação soberana de Deus, pela qual alguns foram predestinados para receber a graça e serem salvos. Nesse contexto, muitos protestantes se declaram agostinianos, visto que eles também destacam a salvação pela graça — mesmo que, nesse caso,

A

também se deva notar que Agostinho cria que a salvação era obtida pelos méritos* das obras* realizadas com a cooperação da graça. Além disso, outros grupos e movimentos têm destacado a primazia da graça na salvação, por exemplo, os jansenistas que se têm denominado agostinianos.

ARBÍTRIO. A liberdade do ser humano para tomar decisões. Alguns teólogos e filósofos consideram que para que haja liberdade basta que não haja coação. Assim, por exemplo, mesmo que por natureza um cachorro faminto coma quando sua comida é oferecida, sua decisão de comer é livre, porque ele não é obrigado a isso. Para outros, a verdadeira liberdade existe unicamente quando a vontade é sua própria causa. Segundo essa definição, quem faz algo simplesmente porque é de sua natureza fazê-lo, não age em liberdade verdadeira. A verdadeira liberdade requer opções e a capacidade de decidir entre alternativas.

O livre-arbítrio interessa aos teólogos por duas razões. Em primeiro lugar, os teólogos afirmam, quase unanimemente, que a liberdade é necessária como requisito para a responsabilidade. Nesse sentido, a liberdade se opõe ao determinismo*, segundo o qual todas as coisas e

todos os acontecimentos têm sido determinados de antemão. Em segundo lugar, os teólogos repetidamente têm discutido a relação entre a liberdade humana e a predestinação*. Nesse contexto, já não se trata de que tudo está predeterminado, mas unicamente da incapacidade por parte da vontade humana para aceitar a salvação por sua própria iniciativa, além da graça*. O tratamento clássico do livre-arbítrio no campo da teologia foi produzido por Agostinho (354-430) em seu primeiro debate contra os maniqueístas e depois contra os pelagianos. Contra o determinismo dos maniqueístas, Agostinho defendeu a liberdade humana como dom de Deus; mas é um dom que, por sua própria natureza, pode ser empregado para o mal. A controvérsia pelagiana o forçou a esclarecer em que sentido a vontade humana é livre, e para responder a essa questão distinguiu entre quatro condições diferentes, cada uma das quais implica certos limites quanto à liberdade. Na primeira condição, que existia no Éden antes da queda*, os seres humanos tinham liberdade tanto para pecar como para não pecar (*posse peccare e posse non peccare*). Contudo, como resultado da queda, perdemos a liberdade de não pecar, e só nos resta a liberdade para pecar (*posse peccare*,

mas *posse non peccare*). Isso não significa que não tenhamos liberdade; quer dizer, ao contrário, que nossas alternativas estão limitadas, de tal modo que todas são pecaminosas em alguma medida. A redenção e a santificação restauram no crente a liberdade de não pecar (*posse non peccare*), enquanto que a possibilidade de pecar (*posse peccare*) permanece. Por último, na vida futura, todavia, teremos liberdade, mas unicamente para não pecar (*posse non peccare*, mas *non posse peccare*).

O ponto em que tudo isso levou a sérios debates é a questão de como se passa do segundo estágio ao terceiro, ou seja, o que comumente se chama conversão. Segundo Agostinho, a vontade humana por si mesma não tem a liberdade para dar esse passo, pois o ser humano em sua condição de pecado somente pode escolher entre opções pecaminosas, e a conversão não é uma dessas opções. É aqui que intervém a graça* irresistível e a predestinação*, visto que é a graça de Deus que move o pecador de sua condição de pecado para a de redenção, e essa graça é dada; não com base em algo que a pessoa faça ou decida, mas como resultado do decreto de eleição por parte de Deus, que determinou quem há de receber a graça irresistível. Esta posição, que

se origina em Agostinho, é também a do calvinismo ortodoxo. Frente a ela, o arminianismo*, ao mesmo tempo em que concorda que os pecadores não têm em si mesmos a capacidade de aceitar o dom da graça salvadora, evita as consequências predestinistas desse fato, e defende o papel da liberdade humana na salvação declarando que há uma “graça preveniente” que nos é dada livremente a todos, e que dá a capacidade, se assim decidirmos, de aceitar a graça salvadora.

ALBIGENSES. Uma seita dualista, também conhecida como “cátaros” ou os “puros”, que tem possíveis conexões históricas com o maniqueísmo*. Foi importada do Levante (Oriente Médio), parece que por cruzados que retornavam à Europa, e alcançou êxito notável na cidade de Albi — por essa razão são chamados de “albigenses”. Como os maniqueístas anteriormente, os albigenses distinguiam entre dois níveis de seguidores, os “perfeitos” e os “crentes”. Rejeitavam todo o uso de elementos materiais no culto, e acusavam os cristãos ortodoxos de confundir o espiritual com o material. O movimento se expandiu por toda a Provença. Em 1208, Inocêncio III promulgou uma cruzada contra ele, que resultou em milhares de mortes

A

e parece também no desaparecimento do movimento.

ALEGORIA (interpretação alegórica). Um modo de ler e interpretar textos que vê neles, não seu sentido literal óbvio, mas um sentido simbólico. Tal interpretação existia desde muito antes do advento do cristianismo, pois havia eruditos helenistas que tratavam de defender Homero e os antigos escritores mediante a alegorização de algumas de suas passagens mais questionáveis. Também era praticada por alguns judeus como um modo de mostrar a seus críticos helenistas que o judaísmo não era uma religião crua e primitiva, mas uma verdade filosófica pelo menos tão antiga quanto a filosofia grega. (De fato, houve muitos judeus, assim como cristãos, que argumentaram que Moisés foi anterior a Platão, e o que Platão sabia o havia aprendido das Escrituras).

Com o advento do cristianismo, que dizia ser o cumprimento das promessas feitas a Abraão, os cristãos viram-se na necessidade de interpretar as Escrituras hebraicas de tal modo que fossem compatíveis com a fé cristã, e, em seus debates com seus críticos pagãos mais educados, também se viam na necessidade de mostrar que as Escrituras não eram tão grosseiras como às vezes pareciam.

Um modo de responder a tais necessidades era a interpretação alegórica. Assim, por exemplo, se Deus ordenou aos filhos de Israel matar a todos os habitantes de Jericó, isso quer dizer que quando Deus entra na alma devemos destruir todo vestígio de pecado que haja nela.

Embora tais interpretações fossem relativamente comuns entre os cristãos, logo se tornaram típicas da teologia alexandrina, e em particular de Orígenes e seus seguidores. Segundo Orígenes, cada texto bíblico tinha vários sentidos, e por trás do sentido literal há sempre outro mais profundo e “espiritual” que há de ser descoberto mediante a interpretação alegórica. Isso se consegue conhecendo o sentido oculto e espiritual das palavras e das coisas, de tal modo que quando alguém encontra uma palavra ou uma coisa em uma passagem qualquer pode interpretá-la “espiritualmente”.

Na Idade Média, a interpretação “espiritual” se tornou comum, e muitos mestres ficaram famosos e alcançaram grande respeito precisamente porque podiam extrair ensinamentos profundos dos textos que pareciam mais simples.

Ainda que esse método de interpretação tenha a óbvia vantagem de permitir a utilização de qualquer

texto para o ensinamento e a contemplação, e ainda que não haja dúvidas de que algumas passagens são verdadeiramente alegóricas — por exemplo, quando Jesus disse que ele é a videira verdadeira — tem sido criticado severamente porque dá autoridade ao intérprete por cima do texto, o qual perde sua autoridade.

Por último, a interpretação alegórica não deve ser confundida com a tipologia*, que também pensa que há um sentido além do que aparenta no texto — e particularmente nos acontecimentos a que o texto se refere — mas faz isso com base no sentido literal e histórico do texto.

ALEXANDRINA, TEOLOGIA. A teologia que se desenvolveu na cidade de Alexandria, a partir do século II. Alexandria destacava-se por seus estudiosos, sua biblioteca e seus filósofos. Também era reconhecida pelo encontro enriquecedor e às vezes confuso entre religiões e filosofias de diversas partes do mundo. Mesmo antes do advento do cristianismo, o judaísmo alexandrino havia estabelecido um diálogo ativo com as correntes filosóficas da cidade. A Bíblia hebraica havia sido traduzida para o grego (versão conhecida como a *Septuaginta*). Pouco antes do tempo de Jesus, o filósofo judeu Filo (Filo de

Alexandria) havia tentado interpretar o judaísmo de tal modo que fosse compatível com a tradição platônica.

O que Filo havia feito para o judaísmo, fizeram os teólogos cristãos de Alexandria com respeito a sua própria fé. O primeiro grande mestre alexandrino e cristão foi Clemente de Alexandria. Ele e seu discípulo Orígenes estabeleceram norma para boa parte da teologia alexandrina por longo tempo. Seu propósito foi mostrar que o cristianismo era compatível com a tradição platônica por meio da interpretação alegórica das Escrituras (Alegoria*). Preferiam falar sobre Deus em termos filosóficos (imutável, impassível, infinito etc.), ao contrário que na linguagem mais antropomórfica da Bíblia. Como a maioria de tradição platônica, os cristãos dessa escola valorizavam o espírito e a mente sobre a matéria — e alguns de seus primeiros mestres pensavam que o propósito original de Deus incluía somente uma criação espiritual, e que a criação material foi parte da resposta divina ao pecado humano. Para eles, um elemento importante na condição humana é que esqueçamos quem somos — seres espirituais criados para a contemplação da divindade. Por isso destacavam a obra de Cristo como mestre e como exemplo, ou como uma recordação

A

de nosso verdadeiro ser e de nossa vocação final.

Foi no contexto das controvérsias teológicas, que explodiram (ou eclodiram) no século V, que o contraste entre a teologia alexandrina e sua contraparte antioquena* veio à tona. Visto que os alexandrinos centravam a atenção sobre a obra do Salvador como mestre e como mensageiro de Deus, tendiam a prestar maior importância à divindade de Jesus, a ponto que às vezes sua humanidade parecia questionável. A função dessa humanidade era tornar possível aos humanos receber sua mensagem, seus ensinamentos e sua iluminação. O resultado foi o que os teólogos chamam de uma cristologia “unitiva” ou seja, uma cristologia que enfatiza a união do divino e do humano Jesus, mesmo quando isso possa ocultar sua verdadeira humanidade — frente à cristologia “disjuntiva” dos antioquenos — uma cristologia que busca salvaguardar a plena humanidade do Salvador estabelecendo uma diferença clara e às vezes até uma distância entre sua divindade e sua humanidade. O princípio fundamental da cristologia unitiva dos alexandrinos era a doutrina da *communicatio idiomatum** — o compartilhar das propriedades, segundo a qual o que se diga da

humanidade de Jesus também pode ser dito de sua divindade, e vice-versa.

O resultado de tudo isso foi que os alexandrinos desenvolveram uma cristologia do tipo “logos-carne” — ou seja, uma cristologia na qual o logos ou Verbo divino se une, não a um ser humano em toda sua plenitude, mas a um corpo humano sem alma racional humana (Apolinarismo*). Isso foi rejeitado pelo Concílio de Constantinopla no ano de 381.

Um dos campeões da cristologia alexandrina no século V foi Cirilo de Alexandria, que propôs a “anhi-póstasis” ou união anhipostática* em contraste com a cristologia radicalmente disjuntiva de Nestório (Nestorianismo*). A postura de Cirilo foi afirmada pelo Concílio de Éfeso no ano de 431, que, além disso, condenou Nestório.

Pouco depois, a tendência dos alexandrinos levou ao monofisismo* — a teoria segundo a qual há em Jesus somente uma natureza, a divina, visto que a humanidade é absorvida ou dissolvida na divindade. Isso foi rejeitado pelo Concílio da Calcedônia, em 451, considerado geralmente como o fim das controvérsias cristológicas.

Embora a luta continuasse, por esse tempo as tendências monofisistas dos alexandrinos haviam se unido ao ressentimento no Egito e na Síria contra

o governo central em Constantinopla. O resultado de tudo isso foi uma série de tentativas de reconciliação, nas quais as autoridades propuseram soluções moderadamente alexandrianas (Monotelismo*, Monergismo*). Mas todas essas tentativas fracassaram. Outro resultado foi toda uma série de cismas que continuam até hoje em muitas igrejas que não aceitam as decisões de Calcedônia, as quais parecem não destacar suficientemente a divindade de Jesus. Entre essas igrejas se encontram a Igreja Copta, a Igreja da Etiópia e a Igreja Jacobita da Síria.

ALIANÇA. Um voto ou promessa que une dois ou mais participantes. Tais participantes podem pertencer a diversos níveis sociais, em cujo caso em geral a aliança ou pacto estabelece a natureza e os termos de sua relação futura. O conceito de aliança ou pacto aparece repetidamente na Bíblia, na qual o pacto de Deus com Abraão e sua descendência, e “o novo pacto em meu sangue” da eucaristia se destacam entre muitos outros. Algumas vezes, particularmente em tempos antigos, esses diversos pactos de Deus com seu povo recebem o nome de dispensações*. A teologia patrística e medieval frequentemente oferece listas de alianças, por exemplo, com Adão, com Noé, com Abraão e o

pacto da graça ou do evangelho, entre outros.

A teologia reformada — seguindo nisso a Zwinglio e Bullinger — tradicionalmente tem destacado a importância da aliança como ação da graça divina. Tal aliança não é um acordo entre partes iguais, mas uma ação mediante a qual o Deus soberano se une livremente às promessas que faz com toda liberdade. A partir dessa perspectiva, os teólogos reformados têm insistido que toda aliança é uma ação da graça de Deus — ainda que se possa distinguir entre a aliança com Adão, que poderia ser descrita como um “pacto de obras”, e a “aliança da graça”, que começa com Abraão.

A discussão do tema da aliança dentro da tradição reformada levou, no século XVII, ao que se tem chamado de “teologia da aliança”, ou também “Teologia Federal”.

ALMA. Mesmo que em geral os cristãos estejam de acordo que a alma existe, a igreja nunca definiu a doutrina da alma. Na língua grega que se usava durante os primeiros séculos da era cristã, a “alma”, frequentemente, era o princípio que dá vida a um corpo, e, portanto, todos os seres vivos — inclusive os animais e os vegetais — em certo sentido têm uma “alma”. Paulo e alguns dos antigos

A

escritores cristãos às vezes se referem ao ser humano como “corpo, alma e espírito”, e outras vezes como “corpo e alma”, o que tem dado lugar a um debate entre teólogos posteriores sobre se a criatura humana tem dois ou três componentes. Os tricotomistas dizem que o ser humano consiste em corpo, alma e espírito, enquanto que os dicotomistas afirmam que a alma e o corpo são humanos, e que o “espírito” a que Paulo se refere é a presença de Deus na alma. Para complicar as coisas, essa ambiguidade no idioma persiste através de todo o período patrístico, visto que alguns autores falam da “alma vegetativa” — o que dá a vida a todos os seres vivos — e a “alma racional” — onde residem a razão e a personalidade.

Quanto à origem da alma, alguns cristãos em tempos antigos, por exemplo, Orígenes até o final do século II e começo do III, criam na preexistência* da alma. O próprio Agostinho (345-430) durante algum tempo considerou essa possibilidade. Contudo, em geral o cristianismo rejeita tal preexistência, o que deixa então duas opções que diversos teólogos têm seguido: o traducianismo* e o criacionismo*. Conforme a primeira dessas opiniões, a alma é herdada dos pais, da mesma forma que o corpo é herdado. Conforme a segunda, cada

alma individual representa um novo ato de criação por parte de Deus.

Quanto ao destino final da alma (Céu*, Inferno*, Ressurreição*), a maior parte da tradição cristã sustenta que, ainda que a alma possa viver sem corpo, a alma por si só não é um ser humano completo, e que, portanto, na consumação final as almas se reunirão com seus corpos presentes.

AMILENARISMO. A rejeição da expectativa do milênio. Enquanto os milenaristas debatem a ordem dos acontecimentos mencionados em Apocalipse 20.2-7, os amilenaristas simplesmente declaram que os mil anos que ali se fala não devem ser interpretados como um período de tempo, mas antes como uma metáfora que se refere à vitória final de Cristo sobre o mal. Portanto, para a maioria dos amilenaristas a discussão sobre o milênio carece de interesse, e por isso são, principalmente os milenaristas que os chamam de “amilenaristas”.

AMOR. A terceira e mais elevada das “virtudes* teológicas”. Como tal, é a regra suprema da ação para os cristãos, que devem imitar a Deus que “é amor”. Agostinho (354-430) expressou esse princípio declarando: “Ama a Deus, e faz o que deseja”. Outros têm insistido em que o amor